



Número: **0803089-27.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **08/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALBERTO ARNALDO DOS SANTOS SILVA (AUTOR)		ARTHUR LENNON ALVES MENESES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9066589	31/03/2020 20:38	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**4º Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE**  
**TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0803089-27.2019.8.18.0140**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Seguro]**

**AUTOR: ALBERTO ARNALDO DOS SANTOS SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

Vistos etc.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT **movida por** Alberto Arnaldo dos Santos Silva **em desfavor de** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT.

Em despacho foi determinado que a parte autora emendasse a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com documentos para demonstrar a hipossuficiência alegada ou recolhesse as custas e despesas processuais, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 c/c art. 485, I, do CPC.

A parte autora não cumpriu a decisão acima mencionada, mantendo-se inerte, como indica a certidão.

Este é o relatório. Decido.

O Código de Processo Civil estabelece no artigo 321, Parágrafo Único as situações que ensejam a necessidade de emenda da petição inicial:

**Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.**

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Nos termos do artigo supracitado, a parte autora teve o prazo de 15 (quinze) dias para emendar a inicial, sob pena de indeferimento. Contudo, o autor



mesmo com a oportunidade de emendar a inicial não o fez, conforme a certidão da Secretaria, ensejando, conseqüentemente, a extinção da demanda proposta. Cumpre evidenciar a determinação do do art. 485, inciso I, CPC, in verbis:

**Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:**

I - indeferir a petição inicial;

Deste modo, configurada a inércia da parte autora, impõe-se o indeferimento da inicial.

Ante o exposto, em face da inércia da parte autora em emendar a inicial, **julgo extinto o processo, sem resolução do mérito**, com base nos arts. 321, parágrafo único, c/c art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem condenação em honorários. Sem custas.

Transitado em julgado esta, dê-se baixa na respectiva distribuição, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

**TERESINA-PI**, 31 de março de 2020.

**REGINALDO PEREIRA LIMA DE ALENCAR**  
**Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

